



2º Simulado Especial

TRT RJ

**Analista Judiciário - Área Judiciária -
Especialidade Oficial de Justiça
Avaliador Federal - Pós-Edital**

Simulado

2º Simulado Especial TRT-RJ (Oficial de Justiça Avaliador Federal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário – Área Judiciária - Oficial de Justiça Avaliador Federal do TRT-RJ**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/d5NJgH5hYfX7h5Ds5>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrcio Dutra*

Pesquisas científicas realizadas nas últimas décadas em diversas partes do mundo vêm evidenciando uma forte correlação entre maus-tratos a animais e a violência interpessoal. Os atos de crueldade contra animais domésticos não ocorrem de maneira isolada, sendo reconhecidos como potenciais indicadores de disfunções no ambiente familiar. O presente estudo teve como objetivo descrever os casos de maus-tratos a animais domésticos registrados no município de Belo Horizonte (MG), no período de 2016 a 2020, e analisar a conexão existente entre essas ocorrências e episódios de violência interpessoal. Para isso, foi conduzido um estudo epidemiológico observacional, com base em dados extraídos de quatro fontes institucionais distintas: a Delegacia Especializada de Investigação de Crimes Contra a Fauna, a Divisão de Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, a Superintendência de Informações e Inteligência Policial e o Juizado Especial Criminal.

Os registros analisados revelaram que os maus-tratos ativos, de natureza intencional — como agressões físicas e intoxicação proposital — foram mais frequentes do que os casos de negligência, sendo também responsáveis por um número maior de óbitos entre os animais. Embora os cães tenham sido os mais atingidos em termos absolutos, os felinos foram as vítimas mais recorrentes das formas mais cruéis de violência, com maior chance de morte. Em domicílios nos quais havia animais de estimação, constatou-se que práticas como espancamento e agressão psicológica eram recorrentes. Esses dados revelam que a violência dirigida aos animais frequentemente coexistia com contextos familiares marcados por tensão, abusos e violações de direitos humanos.

Paralelamente, os dados referentes à violência interpessoal apontaram que mulheres vítimas de violência doméstica sofriam, majoritariamente, agressões cometidas por cônjuges ou ex-cônjuges, sendo a violência psicológica, moral e física as mais comuns. Além disso, constatou-se que filhos dessas mulheres, especialmente crianças e adolescentes, também

figuravam entre as vítimas dos mesmos agressores. O consumo de álcool no ambiente doméstico mostrou-se um fator de risco relevante, potencializando a ocorrência e a gravidade das agressões tanto contra os humanos quanto contra os animais presentes nesses núcleos familiares. Assim, a análise conjunta dos dados reforça a ideia de que os maus-tratos a animais devem ser entendidos como parte de um ciclo de violência mais amplo, cujas vítimas se estendem para além dos seres humanos.

Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial e multiprofissional no enfrentamento das diferentes formas de violência. A atuação coordenada entre órgãos públicos, autoridades policiais, serviços de saúde e assistência social é essencial para que os ciclos de violência sejam identificados e rompidos com eficácia. Além disso, é fundamental que os maus-tratos a animais sejam encarados como alerta para situações de vulnerabilidade familiar, exigindo atenção imediata por parte dos profissionais envolvidos na rede de proteção. A compreensão holística desses contextos — levando em conta o histórico dos agressores, o perfil das vítimas e os fatores de risco associados — é indispensável para a formulação de políticas públicas integradas e efetivas, que promovam o bem-estar de todos os membros da família, humanos ou não humanos.

1. A partir da leitura do texto acima, não é possível inferir que:
- Maus-tratos intencionais a animais equiparam, em frequência e gravidade, os casos de negligência.
 - Cães são os mais atingidos, embora felinos sofram formas mais letais de violência.
 - Ambientes domésticos violentos revelam recorrência de abusos físicos e psicológicos contra mulheres, crianças e animais.
 - O consumo de álcool figura como agravante na perpetuação dos ciclos de agressão.
 - A abordagem intersetorial e holística é imperativa para a ruptura das tramas violentas no seio familiar

2. Traduz-se corretamente um segmento do texto em:

- a) Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial (4º par.) → À luz dos dados, impõe-se uma abordagem segmentada no combate à violência.
- b) Os atos de crueldade contra animais domésticos não ocorrem de maneira isolada (1º par.) → Os atos de crueldade contra animais domésticos, por vezes, emergem como expressões autônomas de perversidade humana.
- c) Os felinos foram as vítimas mais recorrentes das formas mais cruéis de violência (2º par.) → Os felinos despontaram como alvos preferenciais das manifestações mais atroz de violência.
- d) Além disso, constatou-se que filhos dessas mulheres, especialmente crianças e adolescentes, também figuravam entre as vítimas dos mesmos agressores (3º par.) → Ademais, verificou-se que os descendentes, provavelmente crianças e adolescentes, padeciam sob a violência dos mesmos algozes.
- e) A compreensão holística desses contextos — levando em conta o histórico dos agressores, o perfil das vítimas e os fatores de risco associados — é indispensável → A análise fragmentada desses contextos, desconsiderando antecedentes, perfis e vulnerabilidades, compromete a eficácia das intervenções.

3. As normas de concordância encontram-se plenamente respeitadas em:

- a) Convém que todos os animais sejam amparados por legislações mais rígidas.
- b) Caberiam aos órgãos públicos e às redes de proteção uma atuação integrada no enfrentamento das múltiplas formas de violência.
- c) Certamente se esperam das instituições competentes uma resposta articulada e eficaz diante dos ciclos interligados de violência.
- d) A divulgação de casos de maus-tratos contra animais, sobretudo quando amplificada pelos

meios de comunicação e pelas redes sociais, contribuem não apenas para a mobilização da sociedade civil, mas também para o fortalecimento de políticas públicas de proteção animal

- e) Não se discute sobre novas políticas de proteção animal sem considerar, de forma transversal, a interrelação entre os maus-tratos e os contextos de violência interpessoal.

4. Assinale a única alternativa na voz ativa que admite transposição para a voz passiva:

- a) A sociedade repudia com veemência os maus-tratos praticados contra os animais.
- b) Nos lares marcados pela violência, frequentemente sofrem também os animais.
- c) É nos gestos cotidianos que se revela a natureza da relação entre humanos e animais.
- d) Aos agressores, pouco importa o sofrimento infligido a seres indefesos.
- e) Contra a crueldade, levantam-se vozes de diferentes setores sociais.

5. Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial e multiprofissional...

Das frases abaixo, assinale aquela que apresenta termo que exerce a mesma função sintática que o termo destacado acima:

- a) O poder público ignora, muitas vezes, os sinais de violência que se manifestam primeiramente contra os animais.
- b) Em lares conflituosos, os animais tornam-se as primeiras vítimas do descontrole emocional dos agressores.
- c) Não há proteção efetiva à infância quando se negligencia o sofrimento dos seres não humanos.
- d) À medida que se tolera a crueldade animal, naturaliza-se o abuso em outras esferas da convivência.
- e) Autoridades e cidadãos precisam reconhecer os maus-tratos como alerta para outras formas de violência.

6. Assinale a única alternativa em que a oração destacada tenha valor de oposição.
- a) Os agressores, **que muitas vezes possuem histórico de violência**, reincidem em comportamentos cruéis dentro do ambiente familiar.
 - b) A população, **à medida que se conscientiza dos direitos dos animais**, pressiona por políticas públicas mais eficazes.
 - c) As autoridades, **quando devidamente capacitadas**, conseguem identificar com mais precisão os sinais de violência doméstica.
 - d) Os lares, **onde impera o silêncio cúmplice**, tornam-se terreno fértil para o sofrimento invisível de humanos e animais.
 - e) A sociedade, **embora tenha avançado em leis protetivas**, ainda falha na prevenção da crueldade contra os animais.
7. Assinale a única alternativa que apresente elemento destacado empregado incorretamente.
- a) Eis a causa **a que** todos atribuem a recente onda de violência.
 - b) Trata-se de um problema **sobre o qual** pouco se discute nas esferas públicas.
 - c) Encontraram os documentos **por meio dos quais** comprovaram os maus-tratos.
 - d) Essa é a lei **em que** se fundamentam as denúncias de crueldade animal.
 - e) O lar **do qual** ocorreram os abusos permanecia em total silêncio.
8. Assinale a frase em que é respeitado o emprego correto de pontuação.
- a) À margem das estatísticas oficiais persistem, inúmeros casos de crueldade silenciosa contra os animais nos lares domésticos.
 - b) De inúmeros lares marcados pela violência, emergem relatos, de agressões simultâneas a mulheres, crianças e animais.
 - c) Nos discursos institucionais de combate à violência, raramente se contempla com a devida seriedade, o sofrimento dos seres não humanos.
 - d) Em meio ao descaso estrutural, perpetuam-se práticas brutais que atingem, indistintamente, humanos e animais.
 - e) À revelia das normativas legais existentes, mantém-se a impunidade de muitos agressores que ao violentar os animais, antecipam o risco de ofensas maiores no seio familiar.
9. A única frase que corresponde a um resumo correto, claro e coerente do que foi expresso no texto é:
- a) Estudos recentes evidenciam de que os maus-tratos a animais domésticos estão fortemente associados à contextos de violência interpessoal, especialmente no ambiente familiar.
 - b) O estudo conclui que o enfrentamento da violência deve ser intersetorial e holístico, considerando as múltiplas vítimas e os fatores de vulnerabilidade que compõem o ciclo violento.
 - c) Os casos de maus-tratos intencionais superaram aos de negligência, com felinos figurando entre as vítimas mais atingidas por atos cruéis, frequentemente letais.
 - d) Em lares marcados por violência doméstica, constataram-se que animais, mulheres e filhos frequentemente sofrem abusos do mesmo agressor, agravados pelo consumo de álcool.
 - e) A pesquisa, de caráter observacional, analisou dados de Belo Horizonte entre 2016 e 2020, negando padrões de crueldade animal associados à agressões contra mulheres e crianças.

10. Diante desses achados, torna-se evidente a necessidade de uma abordagem intersetorial e multiprofissional no enfrentamento das diferentes formas de violência.

No contexto em que foi inserido, o termo destacado não equivale a:

- a) evidências
- b) constatações
- c) percepções
- d) resultados
- e) conclusões

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Em um festival de música, há quatro tipos de ingressos disponíveis: Pista, Camarote, VIP e Backstage. Nesse festival, um terço dos ingressos vendidos são do tipo Pista, um quinto dos ingressos vendidos são do tipo Camarote e foram vendidos exatamente 10 ingressos VIP. Sabendo-se que pelo menos um ingresso de cada tipo foi vendido, o número mínimo de ingressos Backstage vendidos é:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

12. Em um sistema de codificação de mensagens, um número secreto X satisfaz as seguintes condições quando decodificado:

- Ao ser dividido por 13, deixa resto 2.
- Ao ser dividido por 17, deixa resto 3.

Sabendo-se que o valor de X é menor que 80, o resto da divisão do código secreto por 15 é:

- a) 3

- b) 0
- c) 5
- d) 12
- e) 9

13. Em um estádio de futebol, 100 torcedores estão assistindo a um jogo. Durante o intervalo, esses torcedores começam a sair do estádio em grupos sequenciais: o primeiro grupo tem 1 torcedor, o segundo tem 2, o terceiro tem 3, e assim por diante. Em determinado momento, após a saída de um desses grupos, o número de torcedores restantes no estádio será, pela primeira vez, menor que 50. Nesse instante, o número de torcedores que permaneceram no estádio é:

- a) 48
- b) 47
- c) 45
- d) 44
- e) 41

14. Em um jogo de estratégia, certas ações são desencadeadas por condições específicas. Considere as seguintes regras:

- Se meu personagem está com energia total e encontro um item raro, então enfrento o chefe final.
- Sempre que enfrento o chefe final e não uso um poder especial, obtenho a recompensa máxima.

Na última partida, não obtive a recompensa máxima e não usei um poder especial. Logo, na última partida, necessariamente:

- a) Meu personagem não estava com energia total.
- b) Encontrei um item raro.
- c) Não enfrentei o chefe final.
- d) Meu personagem estava com energia total.
- e) Enfrentei o chefe final.

15. Em um parque de diversões, o número de brinquedos visitados por 10 crianças durante um dia corresponde ao seguinte conjunto ordenado de valores:

4,5,5,9, a , 14,16,18, b , 21

Sabendo-se que a média e a mediana do número de brinquedos visitados por essas 10 crianças foram, ambas, iguais a 12, o valor de $a + b$ é:

- a) 27
- b) 28
- c) 29
- d) 30
- e) 31

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

16. A Resolução CNJ nº 550/2024 alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que estabelece a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS). Sobre a Resolução CNJ nº 550/2024, julgue a assertiva correta.

- a) Os órgãos do Poder Judiciário devem monitorar os resultados dos indicadores de desempenho do PLS e de suas respectivas metas, bem como das ações previstas no plano de ações a cada 5 (cinco) anos.
- b) Os órgãos do Poder Judiciário ficam dispensados da elaboração do Relatório de Desempenho dos seus respectivos PLS caso já tenham instituído comissão gestora formada por ao menos 5 (cinco) membros titulares.
- c) O relatório de desempenho do PLS do órgão deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 31 de março do ano posterior ao que se refere.
- d) A Unidade de Sustentabilidade possui a competência de fomentar ações que estimulem a

mitigação de emissões de gases de efeito estufa no âmbito do órgão do Poder Judiciário.

- e) O Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário é composto pelo Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS), que compreende a criação de um indicador sintético capaz de avaliar o resultado combinado de várias dimensões distintas, de acordo com metodologia estabelecida pelo STF.

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES

Tiago Zanolla

17. Durante a apuração de uma denúncia interna no TRT/RJ, constatou-se que um servidor do setor de licitações passou a tomar decisões administrativas visando beneficiar uma empresa de familiares, mesmo que não tivesse participação formal nas contratações. Ainda que não tenha havido prejuízo concreto ao erário, a conduta foi analisada à luz do Código de Ética.

Nesse contexto, qual princípio fundamental foi violado de forma mais direta?

- a) A inovação, por não ter sido apresentada nova solução para os contratos vigentes.
- b) A eficácia, uma vez que o serviço público não atingiu os resultados esperados.
- c) A neutralidade político-partidária, por envolver favorecimento indevido.
- d) A impessoalidade, já que houve direcionamento de conduta visando interesse privado.
- e) O desenvolvimento profissional, por não buscar aprimoramento contínuo.

18. No exercício de sua função gerencial no TRT-RJ, a servidora Carla recebeu convite para participar de um congresso jurídico internacional. As passagens aéreas e a hospedagem seriam custeadas pelo organizador do evento, uma empresa que tem processo pendente de análise no órgão sob sua chefia direta. Para justificar sua participação, Carla alegou que tornaria pública a remuneração e o patrocínio da viagem.

À luz do Código de Ética dos Servidores do TRT-RJ, a conduta de Carla é:

- a) Ética, desde que o evento seja de interesse institucional.
- b) Ética, pois a divulgação do patrocínio isenta a servidora de responsabilidade.
- c) Antiética, pois a empresa patrocinadora tem interesse em decisão a ser tomada pela servidora.
- d) Permitida, desde que o convite seja estendido a outros gestores.
- e) Permitida apenas se houver autorização da chefia imediata.

REGIMENTO INTERNO

Tiago Zanolla

19. Durante uma reunião institucional, um servidor técnico questionou a composição do Órgão Especial do TRT da 1ª Região, sugerindo que seus membros não eram designados por critérios objetivos. Um Analista esclareceu que, além da previsão regimental, essa composição é condicionada a regras constitucionais e normativas do CNJ.

Com base no Regimento Interno do TRT-RJ, é correto afirmar que:

- a) O Órgão Especial é formado por 14 membros, sendo todos escolhidos por antiguidade.
- b) A nomeação dos membros é livremente realizada pelo Presidente do Tribunal Pleno.
- c) A composição do Órgão Especial ignora os critérios do CNJ e da Constituição, por serem normas externas.

d) A Constituição Federal e as normas do CNJ orientam a composição do Órgão Especial.

e) O Vice-Presidente e o Corregedor não integram o Órgão Especial, salvo deliberação expressa do Pleno.

20. Durante reunião de planejamento institucional, surgiu dúvida quanto à instância responsável por julgar mandado de segurança impetrado contra decisão proferida em dissídio coletivo de natureza econômica. Um servidor sugeriu encaminhamento à SEDI-II, com base na natureza do mandado. Outro servidor, no entanto, defendeu que o processo deve ser analisado pela própria instância que atuou no mérito da demanda coletiva.

Com base no Regimento Interno do TRT-RJ, é correto afirmar que o mandado de segurança em questão deve ser julgado:

- a) Pela SEDI-I, por ser mandado de segurança contra decisão colegiada.
- b) Pela SEDI-II, por tratar-se de ato praticado em sede de dissídio coletivo.
- c) Pela SEDIC, por se referir a ato praticado em processo de sua competência originária.
- d) Pelo Órgão Especial, considerando a relevância da matéria.
- e) Pelo Tribunal Pleno, em razão de sua competência recursal ampla.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS*Ricardo Torques*

21. Considerando o Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 368/2023), considere:

I - O Comitê Gestor Nacional reunir-se-á trimestralmente, em caráter ordinário, podendo ser convocadas reuniões extraordinárias pela Presidência ou pela Coordenação Nacional do Programa.

II - As horas de trabalho dedicadas às atividades inerentes ao Comitê não serão consideradas parte da jornada de trabalho dos(as) servidores(as).

III - A laicidade do Estado é um dos princípios do programa.

Está coreto o que se afirma apenas em

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I
- e) I e III.

22. De acordo com a Convenção sobre os direitos da criança,

- a) Estabelecer uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão no trabalho é um dever dos Estados Partes.
- b) Considera-se como criança todo ser humano com menos de 21 anos de idade,
- c) Não há previsão acerca do melhor interesse da criança, diferentemente do Estatuto da Criança e do adolescente.
- d) Os Estados Partes devem respeitar o direito da criança que foi separada de um ou de ambos os pais a manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, ainda que isso seja contrário ao melhor interesse da criança.
- e) Os Estados Partes devem adotar todas as medidas possíveis para impedir que menores de 18 anos de idade participem diretamente de hostilidades relativas a conflitos armados.

23. Consoante a Constituição Federal de 1988, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, será possível que seja suscitado incidente de deslocamento de competência (IDC) para a Justiça Federal. O IDC

- a) será suscitado pelo Advogado-Geral da União perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) será suscitado pelo Advogado-Geral da União perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) será suscitado pelo Procurador-Geral da República perante o Conselho Nacional de Justiça.

24. Sobre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos dispõe que:

- a) A corte é composta por 5 juízes.
- b) A Corte pode ser provocada diretamente pela vítima de um ato violador de sua dignidade humana.
- c) O juiz que for nacional de algum dos Estados-Partes no caso submetido à Corte conservará o seu direito de conhecer o mesmo.
- d) Não se admite a nomeação de juízes *ad hoc*.
- e) A Comissão Interamericana de Direitos Humanos comparecerá à corte apenas nos casos apresentados por ela.

25. Para que um tratado internacional sobre direitos humanos seja equivalente às emendas constitucionais em nosso país, exige-se:

- a) Deliberação unânime de todos os entes da federação.
- b) Aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Aprovação unânime de cada casa do congresso nacional em turno único.
- d) Aprovação unânime de cada casa do congresso nacional em dois turnos.
- e) Aprovação em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois quintos dos votos dos respectivos membros.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

26. Ao clicar na Barra de Tarefas do Windows, com o botão direito do mouse, qual das opções abaixo não está disponível no menu suspenso que aparece com essa operação:

- a) Mostrar a área de trabalho
- b) Gerenciador de tarefas
- c) Mostrar botão iniciar
- d) Mostrar botão cortana
- e) Mostrar botão visão de tarefas

27. No Word, temos a opção Selecionar que se encontra na guia Página Inicial, na área Edição. Ao clicarmos sobre ela, qual das opções abaixo NÃO será listada:

- a) Selecionar Tudo
- b) Selecionar Objetos
- c) Selecionar todo o texto com formatação semelhante
- d) Selecionar Parágrafos
- e) Painel de Seleção

28. Política de senha é uma preocupação constante nas empresas e órgão em geral. Sobre esse assunto, é correto afirma que:

- a) Senhas devem ser compartilhadas entre funcionários para facilitar o acesso aos programas.
- b) Uma senha única deve ser utilizada pelo usuário para o seu acesso a todos os programas e plataformas, pois facilita a memorização.
- c) Senhas são pessoais e intransferíveis
- d) Senhas devem conter apenas números ou letras, mas devemos evitar misturá-los.
- e) Senhas não devem ser case sensitive.

29. É um ataque que se caracteriza pela alta capacidade de multiplicação e apresenta atuação autônoma.

- a) virus
- b) cavalo de tróia
- c) worm
- d) spyware
- e) cookie

30. Ao utilizar o serviço de Busca, um usuário deseja pesquisar as páginas que contenham exatamente a expressão CONCURSOS NO RIO DE JANEIRO. Para isso, ele deve usar que operador dentre os listados abaixo:

- a) -.
- b) ""
- c) E
- d) OU.
- e) site:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***João Trindade*

31. A respeito das competências do Judiciário, pode-se afirmar que o julgamento de ação possessória envolvendo greve de empregados celetistas cabe:

- a) à Justiça Federal comum
- b) à Justiça comum estadual
- c) à Justiça do Trabalho
- d) à Justiça Militar da União
- e) à Justiça Eleitoral

32. Compete originariamente ao STF processar e julgar, exceto:

- a) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça
- b) o pedido de extradição solicitada por estado estrangeiro
- c) as reclamações por descumprimento de súmula vinculante
- d) as ações diretas de inconstitucionalidade
- e) o crime político

33. Joabson é juiz federal; Sinforosa é juíza auditora militar; Michaelsson é Ministro do STF. De acordo com o que dispõe a CF acerca do Conselho Nacional de Justiça:

- a) Michaelsson é membro do CNJ, mas não poderá presidi-lo
- b) Sinforosa não pode integrar o CNJ
- c) Joabson não pode integrar o CNJ
- d) Nenhum dos três pode integrar o CNJ
- e) Joabson pode integrar o CNJ, na vaga indicada pelo STF

34. É vedada a edição de medida provisória sobre matéria relativa a:

- a) direito do trabalho
- b) direito civil
- c) carreiras dos servidores do Executivo federal
- d) carreiras do Judiciário
- e) matéria de lei ordinária.

35. O regime jurídico dos magistrados:

- a) deve ser tratado em lei complementar de cada ente federativo
- b) deve ser apresentado por iniciativa do STF
- c) é matéria de lei ordinária de abrangência nacional
- d) deve ser apresentado por iniciativa do CNJ
- e) é matéria de lei ordinária de iniciativa do STF

DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

36. Acerca dos princípios e poderes administrativos, julgue os itens a seguir:

- I. O princípio da sindicabilidade é aquele que permite que os atos da Administração Pública possam ser controlados, abrangendo o controle administrativo ou judicial.
- II. Os princípios da autotutela e da sindicabilidade são equivalentes, uma vez que ambos tratam do controle dos atos administrativos.
- III. O poder discricionário permite que a Administração Pública revogue atos administrativos válidos que se tornem inconvenientes ou inoportunos, desde que respeitados os direitos adquiridos.

Com base na análise dos itens, assinale a alternativa correta:

- a) Somente os itens I e III estão corretos.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente o item I está correto.
- e) Todos os itens estão corretos.

37. Acerca dos atos administrativos no âmbito do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos administrativos e os demais atos praticados pela Administração possuem, necessariamente, natureza de direito público e são sempre submetidos ao controle jurisdicional.
- b) O silêncio da Administração, por se tratar de omissão com repercussão jurídica, constitui ato administrativo de natureza tácita.
- c) Atributos como a imperatividade e a autoexecutoriedade estão sempre presentes em todos os atos administrativos.
- d) Fatos administrativos, por afetarem a esfera jurídica da Administração, são considerados uma espécie de ato administrativo.
- e) O ato administrativo corresponde à manifestação unilateral de vontade da Administração, regida pelo direito público, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos voltados ao interesse coletivo.

38. Com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), julgue os itens a seguir acerca das providências que a autoridade superior pode adotar após encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos:

- I. A autoridade superior poderá determinar o retorno dos autos para saneamento de eventuais irregularidades verificadas no processo licitatório.
- II. A revogação da licitação por razões de conveniência e oportunidade é uma medida cabível pela autoridade superior após o encerramento das fases procedimentais.
- III. A autoridade superior pode modificar os critérios de classificação das propostas, a fim de melhor adequar o julgamento às necessidades atuais da Administração.

Com base na análise dos itens, assinale a alternativa correta:

- a) Todos os itens estão corretos.

- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e III estão corretos.
- d) Somente o item III está correto.
- e) Somente o item I está correto.

39. Em um contrato administrativo firmado entre uma empresa fornecedora e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para o fornecimento contínuo de materiais de escritório, o contratado solicitou o reequilíbrio econômico-financeiro após a edição de uma nova lei federal que instituiu tributo incidente diretamente sobre os produtos fornecidos, impactando significativamente os custos do contrato. Conforme a Lei nº 14.133/2021, essa situação caracteriza:

- a) Fato do príncipe, pois a instituição de tributo por ato estatal geral, alheio à relação contratual específica, autoriza o reequilíbrio econômico-financeiro em razão do impacto sobre a execução do contrato.
- b) Cláusula exorbitante, uma vez que a Administração possui o poder de alterar unilateralmente o contrato sem que isso gere consequências financeiras ao contratado.
- c) Fato do príncipe, mas o pedido de reequilíbrio só será admitido após a conclusão do contrato e entrega integral do objeto.
- d) Fato da Administração, já que o TRT, como contratante, deve responder por qualquer impacto decorrente da execução contratual.
- e) Risco ordinário da atividade contratual, pois variações tributárias compõem os riscos previsíveis assumidos pelo fornecedor.

40. Conforme as disposições da Lei nº 8.112/1990, no que se refere à posse e ao exercício no serviço público federal, assinale a alternativa correta:

- a) A posse pode ser formalizada por procurador com poderes gerais de representação, desde que por instrumento público.
- b) O servidor será exonerado do cargo caso não entre em exercício no prazo de 15 dias, contados da data em que tomou posse.
- c) Se o servidor não tomar posse no prazo de 15 dias após a nomeação, o ato de provimento será considerado nulo e ele será exonerado.
- d) O prazo para o servidor iniciar o exercício do cargo é de até 30 dias, contados da publicação do ato de nomeação.
- e) O ato de provimento será tornado sem efeito caso o servidor não entre em exercício no prazo legal de 15 dias contados da data da posse.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

41. Carlos trabalhou por mais de cinco anos como vendedor em uma empresa de varejo, sendo que, após período de dificuldades financeiras da empresa, Carlos começou a faltar ao trabalho com frequência, sem justificativa, e, em várias ocasiões, demonstrou um comportamento desinteressado em relação ao desempenho de suas funções, o que acabou impactando negativamente nos resultados da equipe.

Após um mês, ele continuou com a mesma conduta, o que levou a empresa a tomar a decisão de rescindir seu contrato de trabalho por justa causa, com base no artigo 482 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Diante dessa situação, assinale a hipótese de falta grave praticada por Carlos:

- a) insubordinação.

b) indisciplina.

c) desídia.

d) incontinência de conduta.

e) exigência de serviços superiores às suas forças.

42. Tomando por base as regras celetistas aplicáveis às entidades sindicais, assinale a alternativa que INCORRETA:

a) São prerrogativas dos sindicatos impor contribuições a todos aqueles que participam das categorias econômicas ou profissionais ou das profissões liberais representadas, entre outras.

b) O empregado eleito para cargo de administração sindical ou representação profissional não poderá ser transferido para lugar ou mister que lhe dificulte ou torne impossível o desempenho das suas atribuições sindicais.

c) Considera-se de licença não remunerada, salvo assentimento da empresa ou cláusula contratual, o tempo em que o empregado se ausentar do trabalho no desempenho das funções de representação profissional ou administração sindical.

d) A solidariedade de interesses econômicos dos que empreendem atividades idênticas, similares ou conexas, constitui o vínculo social básico que se denomina categoria diferenciada.

e) Categoria diferenciada é a que se forma dos empregados que exerçam profissões ou funções diferenciadas por força de estatuto profissional especial ou em consequência de condições de vida singulares.

43. Acerca do exercício do poder diretivo pelo empregador, é INCORRETO afirmar que:

- a) O exercício do poder fiscalizatório pelo empregador é limitado, havendo situações expressamente proibidas, como a realização de revistas íntimas em empregadas.
- b) No uso do poder diretivo pode a empresa definir o padrão de vestimenta no meio ambiente laboral, sendo lícita a inclusão no uniforme de logomarcas da própria empresa ou de empresas parceiras e de outros itens de identificação relacionados à atividade desempenhada.
- c) A higienização do uniforme em geral é de responsabilidade do trabalhador.
- d) O empregado pode recusar-se injustificadamente ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa.
- e) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

44. Claudinho é garçom no restaurante Breja Boa Ltda, com salário-fixo de R\$ 3.000,00, mais as gorjetas cobradas pelo empregador na nota de serviço, que nos últimos doze meses totalizaram média de R\$ 2.000,00.

Considerando a jurisprudência sumulada do TST, se Claudinho vier a ser dispensado sem justa causa, a base de cálculo do aviso prévio será de:

- a) R\$ 5.000,00, porquanto as gorjetas entram no cálculo do aviso prévio, sejam oferecidas espontaneamente ou cobradas na nota de serviço.
- b) R\$ 1.000,00, considerando o abatimento do valor das gorjetas sobre o salário.
- c) R\$ 3.000,00, na medida em que as gorjetas não entram no cálculo do aviso prévio.
- d) R\$ 3.000,00, pois somente as gorjetas oferecidas espontaneamente poderiam ser incluídas na base de cálculo do aviso prévio.

e) R\$ 5.000,00, na medida em que apenas as gorjetas cobradas na nota de serviço entram no cálculo do aviso prévio.

45. Assinale a alternativa que NÃO apresenta requisito doutrinário e jurisprudencial para aplicação da pena de dispensa por justa causa:

- a) Singularidade da punição.
- b) Presença de dolo ou culpa no ato faltoso.
- c) Prazo razoável entre o conhecimento da falta e sua punição, limitado a 2 anos.
- d) Tipicidade.
- e) Gravidade da conduta.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

46. Aplica-se ao processo do trabalho o incidente de descon sideração da personalidade jurídica. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Não cabe o incidente de descon sideração da personalidade jurídica nos processos trabalhistas.
- b) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, cabe agravo interno se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
- c) A instauração do incidente interrompe o processo.
- d) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de cognição, cabe recurso de imediato.
- e) Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente, na fase de execução, cabe agravo interno, desde que garantido o juízo.

- 47.** Em relação à competência da Justiça do Trabalho, conforme normas insculpidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,
- a) as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho não estão abrangidas na competência da Justiça do Trabalho, mas sim da Justiça Federal por envolver agente da União.
 - b) a servidora municipal Afrodite deve ajuizar ação para reivindicar direitos relativos ao vínculo estatutário na Vara do Trabalho do município em que reside.
 - c) a empregada Iris deve propor reclamação trabalhista, em regra, na Vara do Trabalho do município em que prestou os serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratada em outra localidade.
 - d) a competência da Vara do Trabalho se dá pela localidade em que o empregador tenha sua sede, como regra geral, em razão do princípio da execução menos gravosa ao devedor.
 - e) o empregado Thor, que é viajante comercial da empresa Delta e atua em todo Estado do Piauí, deverá propor reclamação trabalhista na Vara do Trabalho de Teresina, Capital do Estado do PI.
- 48.** Assinale a alternativa correta de acordo com o processo do trabalho.
- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
 - b) As testemunhas arroladas pelas partes deverão ser intimadas para comparecer à audiência de instrução e julgamento, com cinco dias de antecedência da realização do ato.
 - c) As partes e testemunhas serão inquiridas diretamente por seus representantes ou advogados, podendo ser reinquiridas, a critério do juiz.
 - d) Cada parte poderá ouvir até três testemunhas por fatos articulados ou pedidos formulados pelas partes.
 - e) Apresentado documento pela parte durante a audiência de instrução e julgamento, o juiz abrirá prazo de cinco dias para que a parte adversa possa se manifestar sobre a prova.
- 49.** Assinale a alternativa correta sobre as nulidades no processo do trabalho.
- a) No processo do trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes.
 - b) A parte que der causa a nulidade deverá argui-la à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.
 - c) A nulidade fundada na incompetência do foro não será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
 - d) As nulidades relativas poderão ser arguidas a qualquer tempo e grau de jurisdição, vedado o reconhecimento de ofício pelo magistrado.
 - e) Reconhecida e declarada a nulidade do ato processual, todos os atos subsequentes ao anulado deverão ser refeitos.
- 50.** No processo do trabalho, o recurso de agravo de instrumento:
- a) Não possui previsão normativa.
 - b) Pode ser interposto em relação às decisões interlocutórias em geral desde que proferidas em audiência.
 - c) É cabível para atacar sentença sem julgamento do mérito.
 - d) É cabível frente à decisão de não recebimento do agravo de petição.
 - e) É cabível em relação à decisão que indefere a petição inicial.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

51. Com base na disciplina dos bens no Código Civil e no regime jurídico da afetação e desafetação, assinale a alternativa correta

- a) São considerados bens públicos de uso comum do povo aqueles que, por estarem sob domínio da Administração Pública indireta, são sempre inalienáveis e imprescritíveis, ainda que desafetados por ato normativo.
- b) A afetação patrimonial permite a uma pessoa física segregar parte de seu patrimônio para evitar a incidência de dívidas pessoais sobre essa parte, independentemente de previsão legal.
- c) A desafetação de bem público de uso especial o transforma automaticamente em bem privado, passível de alienação imediata, independentemente de lei autorizadora.
- d) Os bens públicos dominicais não estão afetados a uma função pública, razão pela qual podem ser alienados.
- e) A afetação de um bem público ocorre sempre por meio de sua utilização para fins residenciais por servidor público, configurando-se como afetação tácita irreversível.

52. A respeito do negócio jurídico, assinale a alternativa correta

- a) O negócio jurídico se diferencia do ato jurídico stricto sensu por permitir que os efeitos decorram da vontade da parte, ainda que em desconformidade com a lei.
- b) Nos negócios jurídicos unilaterais, a eficácia depende necessariamente da anuência da contraparte, mesmo quando a manifestação de vontade é suficiente para sua constituição.
- c) A eficácia do negócio jurídico pode ser subordinada à ocorrência de um evento futuro e incerto, chamado de termo.
- d) A cláusula que impõe ao beneficiário de uma liberalidade determinada obrigação, sem

suspender a aquisição do direito, é denominada encargo.

- e) As condições puramente potestativas são válidas nos negócios jurídicos, desde que estabelecidas por vontade expressa e recíproca das partes.

53. Analise as afirmativas a seguir, à luz do Código Civil e da doutrina civilista

- I. A emancipação confere plena capacidade civil ao menor, mas não altera sua menoridade para efeitos penais.
- II. A emancipação voluntária, concedida pelos pais mediante escritura pública, é irrevogável, salvo vício de consentimento.
- III. A emancipação pelo casamento pode ser revogada em caso de anulação do matrimônio, retornando o emancipado à condição de relativamente incapaz.
- IV. A emancipação por exercício de emprego público efetivo exige idade mínima de 16 anos completos.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- c) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva III está incorreta.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

54. Acerca dos elementos acidentais do negócio jurídico, assinale a alternativa correta

- a) O termo suspensivo impede a aquisição do direito enquanto o evento futuro e incerto não se realizar.
- b) A condição resolutiva subordina o início da eficácia do negócio jurídico a um evento futuro e certo.
- c) O encargo suspende os efeitos do negócio jurídico até o seu cumprimento, salvo disposição legal em contrário.
- d) A condição suspensiva subordina a eficácia do negócio jurídico à ocorrência de um evento futuro e incerto.
- e) O termo inicial impede que o negócio jurídico produza efeitos jurídicos até que ocorra um evento futuro e incerto.

55. A respeito das classificações da posse segundo o Código Civil e a doutrina, analise os itens a seguir:

- I. A posse pode ser considerada justa quando não apresenta vícios como violência, clandestinidade ou precariedade, conforme art. 1.200 do CC/2002.
- II. A posse de boa-fé é caracterizada pela ignorância do possuidor quanto a vício que impeça a aquisição da coisa, sendo o estado de dúvida suficiente para descaracterizar essa boa-fé.
- III. A posse com título, também chamada de posse civil, ocorre quando há causa representativa de transmissão, como nos contratos.
- IV. A composses exige que todos os possuidores exerçam a posse simultaneamente e de forma não excludente, podendo, inclusive, ser dividida fisicamente entre eles.

Assinale a alternativa correta

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Apenas os itens I, II e III estão corretos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

56. Nos condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso,

- a) será válida a entrega do mandado de citação a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.
- b) o funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência não poderá recusar o recebimento de mandado de citação.
- c) é necessária a entrega do mandado de citação pessoalmente ao réu sob pena de invalidade do ato processual.

- d) é vedada a entrega do mandado de citação pessoalmente ao réu, uma vez que para a sua validade, é necessário que seja entregue diretamente ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência.
- e) será válida a entrega do mandado de citação a qualquer pessoa residente no local.

57. De acordo com o Código de Processo Civil, a confissão

- a) faz prova contra o confitente e prejudica os litisconsortes.
- b) vale como confissão a admissão, em juízo, de fatos relativos a direitos indisponíveis.
- c) é revogável e passível de anulação.
- d) é, em regra, divisível.
- e) se espontânea, pode ser feita pela própria parte ou por representante com poder especial.

58. No curso de uma ação de indenização a parte ré foi devidamente citada e apresentou a sua contestação. O autor, intimado, apresentou a sua réplica e os autos foram conclusos ao juiz para saneamento do feito. Pouco tempo após a remessa dos autos ao juízo, o autor se arrepende do ajuizamento e pretende desistir da ação, tendo ocorrido o consentimento do réu. Segundo o Código de Processo Civil, a desistência

- a) Não pode mais ser apresentada, uma vez que o termo final para a desistência é a apresentação da contestação.
- b) Pode ainda ser apresentada, uma vez que o termo final para a desistência é a decisão saneadora.
- c) Não pode mais ser apresentada, uma vez que o termo final para a desistência é a citação válida.
- d) Pode ainda ser apresentada, uma vez que o termo final para a desistência é a sentença.
- e) Pode ainda ser apresentada, uma vez que o termo final para a desistência é o trânsito em julgado da ação.

59. Em execução de título extrajudicial, o executado foi devidamente citado e não se manifestou nos autos. Após algumas diligências infrutíferas, não tendo sido localizados bens penhoráveis, o juízo determinou a suspensão da execução. No caso, segundo dispõe o Código de Processo Civil, o termo inicial da prescrição no curso do processo será

- a) a ciência da primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis
- b) a data da primeira tentativa infrutífera de localização dos bens penhoráveis.
- c) a ciência da última tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis
- d) a data da última tentativa infrutífera de localização dos bens penhoráveis.
- e) a data da citação do executado.

60. De acordo com as normas do Código Civil acerca da ação rescisória,

- a) A ação rescisória não pode ter por objeto apenas 1 (um) capítulo da decisão.
 - b) A propositura da ação rescisória, como regra, não impede o cumprimento da decisão rescindenda.
 - c) A ação rescisória não admite a produção probatória, sendo restrita a questões de fato.
 - d) O direito à rescisão se extingue em 2 (dois) anos contados do trânsito em julgado da primeira decisão proferida no processo.
 - e) Os atos de disposição de direitos, praticados pelas partes ou por outros participantes do processo e homologados pelo juízo, bem como os atos homologatórios praticados no curso da execução, estão sujeitos à ação rescisória.
-

Estudo de Caso

Joana trabalhou como auxiliar administrativa em uma empresa de tecnologia de janeiro de 2017 a março de 2020, quando pediu demissão. Em abril de 2023, ela ingressou com reclamação trabalhista pleiteando o pagamento de horas extras e a nulidade de uma cláusula de acordo individual firmado durante o contrato, na qual renunciava ao direito ao adicional de periculosidade.

No curso do processo, o juízo determinou o arquivamento do feito, pois a parte autora não compareceu à audiência inicial, sem justificativa. A ação foi extinta sem resolução do mérito em junho de 2023. Em novembro de 2024, Joana propôs nova ação, com os mesmos pedidos da anterior.

1. À luz da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e da jurisprudência atual, como se aplicam as regras da **prescrição** e da **decadência** aos pedidos formulados por Joana?
2. É possível aplicar o instituto da **prescrição intercorrente** ao caso narrado? Justifique com base na legislação e jurisprudência trabalhista.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
